

Relatório de Atividades das Contas do Ano 2015

Aos 19 dias do mês de Março do Ano 2016, reuniu a Direcção da Associação Cultural Recreativa Defesa e Propaganda de Ázere, na Sede pelas 19 horas, estando presente todos os Srs. Directores desta Instituição, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

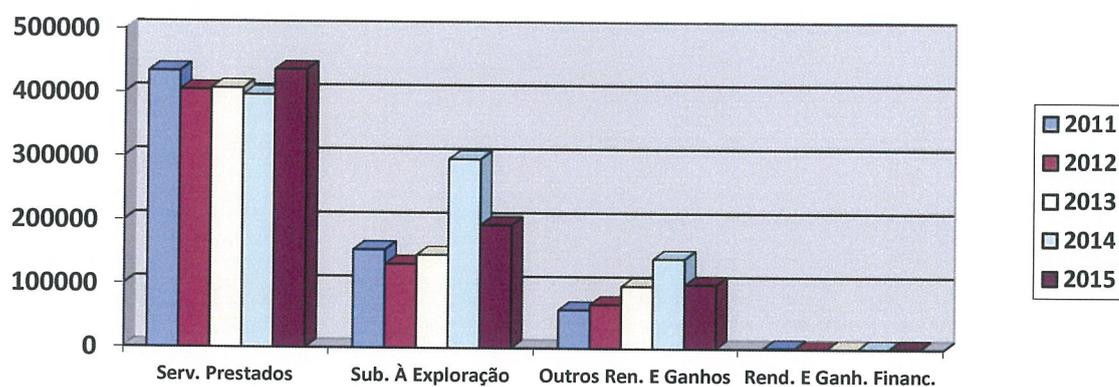
- a)- Apresentação do Relatório da Direcção das contas 2015.-----
- b)- Apresentação das contas do ano 2015.-----

Quanto ao relatório das contas do ano 2015, temos a informar que foi um ano muito difícil, devido ao facto de as verbas necessárias para os acabamentos de todos os edifícios como também parte dos equipamentos, isto é: (revisão dos ordenados que nos foi imposta pela CNIS e o Estado Português, uma vez que o ordenado mínimo passou de 505,00€ para 530,00€ mensais, mudanças de categorias, só estes aumentos trouxeram elevados custos que não estávamos a contar, com tudo isto a Segurança Social nos obrigou a ter que cumprir as circulares 4 e 5. Tivemos que refazer também a revisão de tabelas de cálculo do pagamento dos utentes, aonde a Instituição ficou mais uma vez prejudicada e muito, como sabem as mensalidades de alguns utentes tivemos que baixar devido ao facto de alguns terem rendimentos muito baixos e sem apoio de familiares. Relativamente aos acabamentos das obras do r/c e do 1º. Piso tivemos que alterar algumas situações que não estavam previstas nos projectos iniciais, uma vez que a obra levou muito tempo acabar, também tudo o que diz respeito a decorações e pinturas de algumas áreas que não estavam previstas, novos candeeiros de tecto, mudanças de alguns sistemas eléctricos nos quartos, compra do bastidor para ligar os telefones aos quartos). Lamentamos que o ano de 2015 a Acuredepa não foi ajudada nem pela Câmara Municipal de Tábua nem pela Segurança Social, como vinha sendo hábito nos anos anteriores. Toda esta situação evidência o problema das contas não ficarem positivas, tudo isto a seu tempo ficará resolvido com o aumento de mais 23 utentes além dos que já tínhamos isto é 56 passaremos a ter 79 utentes, este aumento será superior a 250.000,00€ ano.-----

Quanto a este relatório das contas do ano 2015, vem esta Direcção junto do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, evidenciar segundo a leitura desses movimentos, informação das variações negativas e positivas nos Rendimentos e nos gastos, de forma que todos percebam o que se passou na Instituição, já que não são obrigados a conhecer todas as matérias, bem como possam fazer um melhor juízo da forma como é gasto o dinheiro que entra e sai na gestão diária desta casa.-----

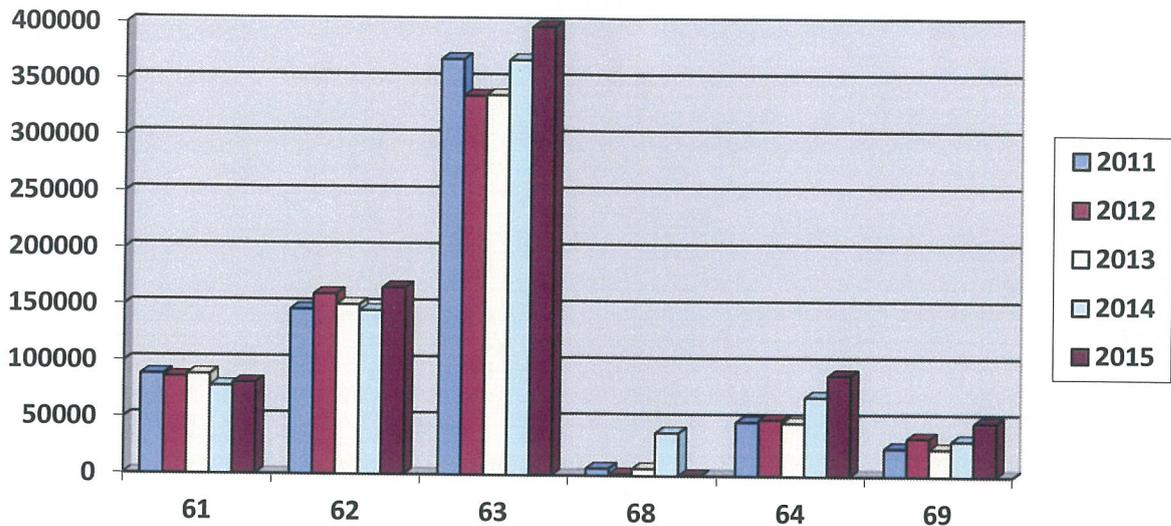
RENDIMENTOS

RUBRICA	2011	2012	2013	2014	2015
VENDAS E SERV. PRESTA.	433.858,74€	404.187,36€	407.133,08	396.748,58	436.385,70
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	154.569,54€	132.068,61€	146.498,83	296.835,41	194.038,10
OUTROS REND. GANHOS	60.568,94€	69.105,66€	98.066,86	141.353,12	100.684,92
RENDIMENTOS E G. FINANC.	1.266,97€	41,34€	0	376,94	639,18



GASTOS

RUBRICA	2011	2012	2013	2014	2015
61-ALIMENTAÇÃO	88.829,59€	86.246,00€	88.712,70€	78.386,88€	81.090,67€
62-DESPESAS DIVERSAS	146.577,33€	160.086,32€	150.794,35	145.524,89	165.855,62€
63-DESPESAS C/PESSOAL	368.164,81€	335.891,19€	336.414,10	367.704,20	397.170,08€
68-OUTROS GASTOS E PERDAS	6.418,92€	1.296,27€	6.251,82	38.335,02	2.774,16€
64-GASTOS DE DEP. E DE AMORTIZAÇÕES	48.222,25€	50.081,90€	47.248,90	70.395,98	89.655,86€
69-GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	25.044,63€	33.843,78€	24.363,30	31.693,03	47.538,63€



RESULTADOS

Nos resultados passou-se de um **resultado positivo em 2014 de 3.274,05€**, para um **resultado negativo em 2015 de 52.337,12€**.-----

Porque no ano de 2014 o resultado final foi **positivo de 103.274,05€**, o qual resultou do subsídio financeiro atribuído através do Fundo Socorro Social. **Mas face** á inspeção decorrida durante o ano de 2015 por parte do departamento de fiscalização da unidade de fiscalização do Centro que diz:-----

→ Verificou-se a inclusão contabilística do subsídio financeiro de 100.00,00€ como proveito de exploração, no exercício económico de 2014, quando a respectiva natureza é de equilíbrio financeiro. Este ato contabilístico permitiu a exponenciação dos resultados do exercício, sem que essa imagem económica transmitisse de modo sustentado a devida performance da instituição. Este subsídio foi atribuído para equilíbrio financeiro. E assim sendo, tecnicamente o equilíbrio financeiro (ou desequilíbrio financeiro) apura-se na estrutura do balanço patrimonial financeiro. Deste modo e na mesma medida também deverá efectuado o registo contabilístico na estrutura patrimonial visando a estabilização entre o Activo e o Passivo.

Recomenda-se a rectificação do procedimento ao nível da aplicação do princípio da substância sob a forma, tendo em consideração a natureza do processo de atribuição.

Desta forma procedeu-se á correção.-----



Sendo que os RESULTADOS OPERACIONAIS, passaram de 134.590,14€, positivos, para 5.437,67€ negativos, antes de gastos de financiamento e impostos, com estes os valores passam de resultado positivo de 3.274,05€, para resultado negativo de 52.337,12€.

Importa referir, que a entidade tutelar e muito bem, não conta para os resultados negativos com o valor das reintegrações do exercício, já que somos uma Instituição sem fins lucrativos. Desta forma é correto dizer que a Instituição teve um resultado operacional positivo de **37.318,74€**.

De tudo isto resulta, que do lado das receitas, houve uma diminuição significativa de 103.566,15€, como constata no mapa acima referido. Deste valor deve-se analisar 100.000,00€ atribuídos pelo Fundo de Socorro Social (segurança Social). O restante tem a ver com outras entidades como Instituto de Empego.

Do lado das despesas, pode-se constatar, que na aquisição de géneros alimentares houve um aumento em relação a 2014 de 2.703.79€, assim como na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, um aumento de 20.330,73€.

Tendo as “Despesas com o Pessoal”, aumentado 29.465,88€, este aumento não têm a ver com aumentos de vencimentos, mas sim com um aumento de pessoas inseridas no Contrato de emprego e inserção-IEFP.

Há que realçar de forma negativa o facto das comparticipações estatais, se manterem muito abaixo das que deveriam ser em face da capacidade da Instituição, em especial na valência de Lar. No entanto á que realçar a atribuição desde Agosto de 2015 em mais 6 acordos para a valência de Lar.

Continua a ser uma situação muito injusta, já que a capacidade definida é de 56 utentes e só se receber por 25.

Mais ainda, para a capacidade instalada, a Instituição tem obrigatoriamente de ter os quadros de pessoal de acordo com as exigências estatais, resultando daqui os inerentes custos, que por sua vez a tutela não tem em linha de conta, no que diz respeito aos valores que deveriam ser pagos. O que nos parece, é, que esta situação se poderá agravar no futuro a curto prazo, já que os aumentos de impostos levados a cabo pelo Estado com o fim da estabilização financeira do

país, irá ter grandes repercussões na vida deste tipo de Instituições, que a não ser feito nada, poderá levar muitas a ter de fechar as portas. Infelizmente, não são só os fatores referenciados a contribuir para esta situação, mas também a cada vez menor disponibilidade financeira pela perda de rendimentos dos utentes. Esta é uma realidade que não se pode deixar de ter em atenção, porque já está a acontecer!-----

De uma forma sucinta, é tudo o que se nos oferece dizer, ficando ao dispor do Conselho Fiscal, e da Assembleia, para outro tipo de esclarecimentos que tenham por conveniente.-----

Nada mais havendo a acrescentar ou a tratar o Sr. Presidente deu a sessão por encerrada, sendo que todos os pontos foram aprovados por unanimidade e para se fazer constar se lavrou a presente Acta que vai ser lida e assinada por todos os presentes.-----



Presidente

(Amílcar Castanheira Luís)

Vice-Presidente

(José Alves da Silva Baião)

Secretário

(Fernando Marques Nunes)

Tesoureiro

(Amílcar Marques A. Castanheira)

Vogal

(José Manuel Couto)